



20 a 22 de Setembro de 2021

IMPLANTAÇÃO DAS PRÁTICAS INTEGRATIVAS COMPLEMENTARES (PICS) NA APS: NA GESTÃO EM SAÚDE NO MUNICÍPIO DE INÁCIO MARTINS.

Jornada Online de Práticas Integrativas, 1ª edição, de 20/09/2021 a 22/09/2021
ISBN dos Anais: 978-65-89908-92-0

GAVRONSKI; SILVANE DO CARMO ¹, KLOSOVSKI; ANA PAULA ², PONTES; ELAINE APARECIDA DE ³

RESUMO

Este relato expõe o diagnóstico situacional das Práticas Integrativas e Complementares na Atenção Primária à Saúde no município de Inácio Martins- PR. Foi realizado um estudo descritivo, com dados elementares em um grupo de 52 pacientes participantes, sendo 20 pacientes crônicos; 12 profissionais de saúde linha de frente Covid-19 e para 20 pacientes positivos e em recuperação de infecção pelo Covid, através de um formulário previamente aplicado aos usuários das PICS, no período de fevereiro a agosto de 2020. A taxa de resposta foi de 99,8 % de melhoria nas patologias, indicando que os usuários se apropriaram das Práticas Integrativas e Complementares, sendo a auriculoterapia e acupuntura são as práticas mais ofertadas, estando presentes em 100% dos atendimentos respectivamente. Os Enfermeiros são os profissionais que mais executam as Práticas Integrativas e Complementares, e são profissionais da APS que por iniciativa própria desempenham papel de destaque na expansão da política, promovendo o protagonismo e o empoderamento da enfermagem para a implementação das PICs em sua prática diária qualificando as práticas assistenciais e reduzindo os custos em saúde pública. Essas práticas são ofertadas pela Estratégia Saúde da Família em 60% da jurisdição municipal. No que diz respeito aos instrumentos de gestão, organização e legislação específica, observou-se que no município já possui legislação específica planejada e inserido no plano municipal de saúde, aprovado pelo conselho de saúde, para a inserção destas práticas complementares e já prevê dentro da estrutura organizacional específica para geri-lás. A inserção destas práticas no município ainda é um desafio pois a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (**PNPIC**) não possui financiamento específico, e não disponibiliza recursos financeiros no que diz respeito aos recursos destinados às práticas que a Atenção Primária à Saúde (APS) em nenhum dos âmbitos Federal e Estadual, mesmo com as orientações da Organização Mundial de Saúde e a instituição da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no Sistema Único de Saúde conforme a portaria GM/MS nº 9712/2006, Portaria nº 849, e as portarias nº 633 e 145 em 2017.

PALAVRAS-CHAVE: Terapias complementares, Política pública de saúde, Atenção Primária à Saúde

¹ SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, silvanegavronski@hotmail.com

² UAPSF, PAULINHAKLOSOVSKI@GMAIL.COM

³ EPDEMIOLOGIA, elainelemos12@hotmail.com

